

3.5 Jardins e as águas na cidade: mundos cosmopolíticos

Luciana Souza Bragança [0000-0001-5707-624X], Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, Brasil. lubraganca@gmail.com

Resumo - Os jardins são microcosmos do infinito, uma cosmologia. O ponto de partida do capítulo é o entendimento dos jardins historicamente como lugar do relacionamento entre os viventes onde a água sempre foi central. Entre água, solo, sol, vento, animais e plantas há jardins como possibilidades multiespécies, aqui identificados como hipóteses investigativas para se entender como a água, os rios e as bacias hidrográficas são percebidos e permanecem na cidade como mundos ainda pouco visíveis. Será apresentado o estudo de caso do bairro São Geraldo, a jusante do Ribeirão Arrudas, na cidade de Belo Horizonte. Este foi escolhido a partir do entendimento da bacia hidrográfica como unidade essencial para a vida e do pensamento sobre o espaço urbano, e dos jardins, como artefatos da memória e da cosmopolítica.

Palavras-chave - Memória, ciclo da água, jardins, cosmopolítica

369

Resumen - Los jardines son microcosmos infinitos, una cosmología. El punto de partida del capítulo es la comprensión de los jardines históricos como el lugar de relación entre quienes viven allí, donde el agua siempre ha sido central. Entre agua, suelo, sol, viento, animales y plantas, hay jardines como posibilidades multiespecies planteados como hipótesis investigativas para comprender cómo el agua, los ríos y las cuencas hidrográficas son percibidas y permanecen en la ciudad en mundos todavía poco visibles. Se presenta el estudio de caso del barrio São Geraldo, aguas abajo del Ribeirão Arrudas, en la ciudad de Belo Horizonte. Su elección se basó en que se comprende la cuenca hidrográfica como unidad esencial para la vida y se ve el pensamiento sobre el espacio urbano y el jardín como un artefacto de memoria y de cosmopolítica.

Palabras clave - Memoria, ciclo del agua, jardines, cosmopolítica

1. INTRODUÇÃO: JARDINS POSSÍVEIS

Os jardins são microcosmos do infinito, uma cosmologia. O ponto de partida do capítulo é historicamente captar o entendimento dos jardins como lugar do relacionamento entre os vivos, onde a água sempre foi central. Para a pesquisa desenvolvida, foi estabelecido o conceito de Jardins Possíveis como sendo aqueles onde, de alguma forma, as pessoas se engajam pessoalmente e constroem uma relação com os não-humanos. Os tipos de jardim aqui considerados englobam espaços domésticos não hierarquizados, espaços públicos plantados coletivamente, além dos espaços de plantio de flores, podendo ser em vasos. Nessa abordagem, além das relações ecológicas, a interpretação do conhecimento, memória e significação cultural, manejo e usos tradicionais dos elementos da flora, e da convivência com os animais e a água, são um modo de entender as relações entre os diferentes seres e entre eles e seu lugar, conformando o que se entende por “Jardim Possível”.

A pesquisa se inicia na discussão dos jardins dentro do universo da arquitetura e do urbanismo, dentro de suas práticas modernas de construção, reconhecendo a existência de outras relações na cidade que incluam os não-humanos¹, “fraturando o antropocentrismo fundante dos modos de construir o mundo dessas práticas tão modernas” (Bragança, 2021: 32). A pesquisa parte de dois entendimentos distintos de natureza: uma natureza íntima e próxima, ou seja, aquela que é “amiga”² e composta por sujeitos³; e o de natureza passível de ser objetificada, instrumentalizada, mercantilizada, ou seja, uma natureza “recurso econômico”, objeto. Esses entendimentos distintos de natureza também conformam o que pode ser considerado como jardim: o jardim catalogado na história do paisagismo como aquele onde o espaço é baseado no projeto, no controle, no desenho e na manutenção intensa; em contraste com o Jardim Possível, proposto pela pesquisa, como aquele em que existe a agência de outros seres, que não só os humanos, e o espaço do jardim é resultado de uma convivência entre múltiplos sujeitos. Se existe um afastamento do mundo dos outros sujeitos que não os humanos, também é fato que as pessoas que vivem nas cidades ocupam e operam outras maneiras de habitar o território, num relacionamento multiespécies⁴

Começo com o entendimento da noção de possível. Para a pesquisa, associa-se o possível à característica de criatividade já latente no território⁵. O possível é toda a diversidade inscri-

¹ O termo não-humano é usado a partir do entendimento de Bruno Latour (1994, 2021) e engloba todos aqueles seres que não são humanos. Para o autor, animais, moléculas, objetos técnicos, divindades, procedimentos, materiais, prédios, todos esses diversos não-humanos importam para os humanos pois, as relações que temos com eles são um pouco do que nós somos. O autor entende também a limitação do termo porque é fundado sob uma negação.

² As palavras amigo, amiga e vários de seus sinônimos foram muito usadas nas entrevistas para identificar elementos não-humanos como plantas, animais, chuva, água, terra.

³ Utilizar o termo não-humano (Latour, 1994; 2021), mais do que os termos objeto ou dispositivo técnico, é uma forma de considerar que plantas, animais, água tem sua própria agência e, portanto, são sujeitos.

⁴ Os estudos antropológicos multiespécies têm como um dos pontos de partida a dicotomia entre natureza e cultura e entre humanos e não-humanos, que deve ser ultrapassada. A referência para essa crítica à dicotomia moderna será Bruno Latour (1994, 2021). O termo multiespécies será entendido a partir de Anna Tsing (2019).

⁵ De acordo com Souza (2013), a noção de território deve ser tida como um espaço político definido e delimitado por e a partir de relações de poder, que opera sobre um substrato referencial e que não se limita a ele. Os terri-

ta na constituição presente da realidade “um jardim de caminhos que divergem” (Bernardi, 2019: 11). São potências abstratas, portanto, nem positivas e nem negativas, que podem ou não se transformar em real, ainda que com grandes chances de transformar-se. Entretanto, o possível abarca elementos não hegemônicos que, mesmo com possibilidade de passagem para o real, tem dificuldade para fazê-lo por condições do contexto das cidades. Nesse ponto é revelador entender, junto a Stengers (2018), que o capitalismo nos enfraquece, pois mata os possíveis e também a política, quando nos tolhe o pensamento com a profusão de desejos já prontos. Junto ao capitalismo está um planejamento urbano hegemônico que o favorece em detrimento, por exemplo, das águas urbanas. Procurar e reafirmar os possíveis no território é, pois, um ato político de resistência, mesmo que esta não seja confrontativa.

Numa outra abordagem, para o autor Walter Mignolo, que pensa a partir do espaço latino-americano e da sua herança colonial, a colonialidade moderna não se inscreveu num espaço vazio de significação. Por isso, “mais do que resistência, o que se tem é R-existência, pois não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo preexiste e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (Mignolo, 2004: 165). Assim o termo resistência é ampliado na medida em que abarca tanto o significado de oposição quanto o de existência prévia. Para Berardi (2019), entre o possível, a potência e o poder dá-se respectivamente uma relação entre conteúdo, energia e forma. O possível é toda a imanência das possibilidades e é sempre plural. Já a potência é a capacidade coletiva de transformar as possibilidades em atualidade. O poder é a seleção e a imposição de uma possibilidade, e a simultânea exclusão (e invisibilidade) de muitas outras. Assim, o poder é um regime de visibilidade e invisibilidade, que inventa, e concatena, o que deve ser visto e o que deve ser tornado invisível.

Os Jardins Possíveis que foram apresentados na pesquisa são territórios de simbioses relacionais, biológicas, e com o lugar, presentes nas cidades com potência para recriá-la ao serem ou tornarem-se reais. Nesse sentido, a proposta da pesquisa é tecer uma crítica ao planejamento hegemônico como uma crítica ao regime de visibilidades, de prescrições. Portanto, uma crítica a uma forma de poder antropocêntrica, operada por esse planejamento urbano das cidades. Nesse processo, são invisibilizadas uma diversidade de possíveis, entre estes, os que se desenvolvem nos jardins.

O possível será assim a chave para reconhecer e descobrir o território, reconhecendo e inventando formas de coexistência no nosso mundo urbano. Apesar da forma expansiva pela qual a urbanização domestica e coloniza os outros mundos - sejam estes humanos, das plantas ou dos rios - haverá sempre outros possíveis dentro de outras cosmopolíticas. Os

tórios são campos de força onde há a materialidade das relações. Dessa maneira, os territórios são condicionados pela conexão das pessoas com o espaço, que devido às características do substrato espacial-material e/ou por suas imagens de lugar, projeta suas relações sociais nele. Entretanto, ao condicionar a existência dos territórios à durabilidade das relações sociais das quais eles são projeções, o autor não considera a atuação de outros agentes capazes de estabelecer relações de poder com o espaço, como os não-humanos. Sendo assim, para a pesquisa seria relevante a compreensão de um processo realizado por agentes humanos e não-humanos como também capazes de estabelecer um território.

Jardins Possíveis serão a forma proposta de visibilizar alguns desses artefatos multiespécies que r-existem nas cidades, construídos em reciprocidade pelos não-humanos e os humanos, num processo de dupla afetação. Por meio da memória, dos afetos constituídos, das características dos não-humanos, e pelos tempos naturais respeitados, os não-humanos ganham também agência e essa se manifesta nesse processo de captura recíproca.

Entre água, solo, sol, vento, animais e plantas há jardins como possibilidades, aqui considerados como hipóteses investigativas para se entender como a água ainda é percebida e permanece na cidade como mundos ainda pouco visíveis.⁶ Nesta busca, o objetivo é entender como os Jardins contribuem para pensar a cidade integradamente, pois os jardins são elementos de conexão dos diferentes vivos, coletivos multiespécies baseados na memória, alianças afetivas e confluências que constroem outros mundos. Assim se diferenciam dos projetos que impermeabilizam vertentes e escondem os rios sob avenidas asfaltadas, ignorando a água como agente das cidades. Além disso, o corpo hídrico e a sua invisibilização nas cidades pelo planejamento urbano hegemônico são questões que serão abordadas a partir dos jardins. Aqui, a água e a bacia hidrográfica estruturam o entendimento do território de estudo, pois são elementos cruciais para a vida.

2. CASO - JARDINS, ÁGUAS E CIDADES

A articulação sistematizada entre a questão urbana e a ambiental é recente (Costa, 2008). No início do século XX não havia ainda, no Brasil, uma íntima articulação entre o espaço urbano e o ambiental na legislação e no urbanismo. Nos jardins, todavia a articulação entre o espaço urbano e o ambiental acontecia e acontece como prática, produzindo arranjos socioespaciais, mesmo sem sistematização.

Estima-se que a origem dos jardins remonte à 4000 a.C. Não por acaso, os primeiros relatos sobre os jardins aconteceram na região da antiga Mesopotâmia e Pérsia, próxima ao Crescente Fértil. As técnicas de plantio e irrigação desenvolvidas para o florescimento da agricultura deram também suporte ao plantio de jardins. Nota-se que a relação com o corpo hídrico sempre foi essencial para o jardim desde o seu surgimento. Esses jardins tinham um caráter utilitário, com plantio de espécies comestíveis; de deleite, com plantio de flores e ervas perfumadas; medicinal, com uso de ervas curativas; e um caráter sagrado. “A metáfora do jardim como lugar de encontro com a espiritualidade esteve desde sempre relacionada à ideia de paraíso e todos esses paraísos se convertem em um jardim onde vertem águas” (Magalhães, 2015: 75).

Numa concepção clássica de jardim ele é considerado a representação de um mundo, de uma cosmologia. Historicamente podemos destacar algumas dessas representações: o microcosmo religioso, a representação do poder e mais recentemente o jardim particular como uma projeção individual de ascensão social (Mongin, 2013). Para o argumento desen-

⁶ Outras possibilidades foram elencadas na pesquisa e estão disponíveis em: <https://jardinspossiveis.wordpress.com/>

volvido, é primordial esse entendimento dos jardins como um microcosmo. Portanto, que cosmopercepções⁷ permanecem hoje no território, mesmo que não representem um único macrocosmo, mas fragmentos especializados? Ao revelar possíveis invisibilizados pelo planejamento urbano, qual é a potência desses espaços na produção das cidades contemporâneas?

Na Europa medieval a hegemonia da religião cristã fez a invisibilidade das outras religiões politeístas, denominadas pagãs, que cultivavam o respeito pelas forças vivas e sagradas da natureza. Para o cristianismo o homem é a imagem de Deus, e a natureza está a seu serviço, deixando, assim, de ser sagrada. Federici (2017) descreve o feudalismo e sua transição para o capitalismo como um período de luta onde as pessoas percebiam que estavam sendo afastadas da terra e da vida comunitária. Aquilo que estava ligado ao mundo vegetal, ao uso medicinal e contraceptivo das plantas, era considerado uma prerrogativa das mulheres que cultivavam plantas nos jardins para produzir unguentos, beberagens, para exercer a cura, o controle do próprio corpo, e da contracepção. A autora coloca a caça às bruxas como o grande evento responsável por aniquilar a participação e a resistência femininas. Foi uma forma encontrada para retirar das mulheres a autonomia “enquanto queimavam nas fogueiras morria a resistência ao imaginário do capitalismo que colonizava os corpos” (Federici, 2017: 334) e junto os não-humanos. O jardim como possível invisibilizado surge, nessa época, como repositório de saberes, como artefato da memória, de ancestralidade e relacionamento simbiótico multiespécies reprimido e condenado sob a acusação de bruxaria.

A colonização europeia no Brasil trouxe consigo o pensamento iluminista, de crença na superioridade humana sobre os outros seres e posteriormente a superioridade europeia sobre outras ontologias. O processo colonizador avançou com amplitude e violência sobre essas outras ontologias e sobre os outros seres, bem como sobre o território. Nesse contexto, a história oficial brasileira dos jardins, aqueles de influência europeia não é muito vasta e, segundo Dourado (2011), tem início em Glaziou (1858), paisagista francês que trabalhou no Brasil, dando-se o seu ápice com Burle Marx (1934) ícone do modernismo brasileiro. Esta história foi mais bem catalogada e descrita, principalmente, no século XIX com a vinda dos viajantes naturalistas ingleses e, no século XX, conjuntamente com o surgimento do Modernismo Brasileiro. Esse entendimento da história dos jardins, que coloca como legítimos apenas os jardins de inspiração europeia, aponta a tentativa de construir uma visão moderna do Brasil capaz de fazer parte dos países capitalistas. Nesse sentido, era preciso uma civilidade que lapidasse a aspereza local, ou seja, o polimento era branco e europeu, enquanto a aspereza ligada à pobreza e o mau, era negra, índia e mestiça (Sodré, 1999).

Macedo (1999) considera a existência de três grandes linhas na arquitetura paisagística brasileira, na qual estão inseridos os jardins, sendo estas: a eclética, a moderna e a contempo-

⁷ O termo cosmopercepção foi desenvolvido pela autora nigeriana Oyèrónkú Oyèwùmí (2018), em diálogo com o termo cosmovisão, para marcar uma distinção em relação a produção do conhecimento e a percepção da realidade por diferentes povos. Segundo a autora o termo disseminado, cosmovisão, cria uma hipertrofia da visão em detrimento dos outros sentidos. Oyèwùmí, está problematizando que, se há outras sensações envolvidas no ato de ver, e essas são relevantes culturalmente, não podemos apenas utilizar a metáfora da cosmovisão para todas as sociedades no mundo. Para os jardins, o termo cosmopercepção é considerado mais pertinente.

rânea. Numa crítica a essa abordagem, a historiadora Cristiane Magalhães (2014) propõe a inserção do jardim colonial brasileiro como objeto relevante de análise dos jardins nacionais, mesmo que este não se enquadre completamente na arquitetura paisagística. Segundo a autora, o típico jardim colonial brasileiro era um misto de quintal, horta, pomar e jardim de flores. A divisão que separou jardim, quintal e casa veio com a modernização das cidades e, mesmo assim, não dominou completamente os espaços e o entendimento do jardim.

São nesses jardins coloniais que se mesclavam os conhecimentos indígenas sobre a flora e a fauna. A familiarização com as plantas conforme exercida pelos índios e incorporada nos jardins conventuais e também nos domésticos, trazia para esses espaços os elementos nativos do Brasil. Nos jardins coloniais, as plantas rituais dos escravos eram cultivadas às escondidas dos olhos dos senhores, sobretudo pelas mulheres que trabalhavam nas casas. Era a partir delas que os escravos podiam proferir, às escondidas, seus ritos. Os Jardins Possíveis da pesquisa são memórias desses jardins coloniais, como aqueles que existiam anteriormente em Curral Del Rei (antigo arraial que deu lugar à capital planejada de Minas Gerais) e existem hoje na Belo Horizonte não planejada, bem como em todo Brasil. Estes escapavam das ordenações e correspondem à maioria dos jardins.

Inaugurada em 1887, Belo Horizonte foi criada como capital moderna do estado de Minas Gerais. A relação da cidade sempre foi conflituosa com os cursos d'água. A presença do ribeirão foi uma vantagem apontada pela comissão construtora da capital para sua instalação no território de Curral Del Rei. O projeto inicial da cidade, com ideal iluminista, já previa a canalização do Ribeirão Arrudas em seu médio curso e de seus afluentes, o que não acontecia a montante e a jusante da bacia, justamente em uma das áreas estudadas. A canalização era prevista como a forma de higienizar a cidade e a manter livre da água, que na época era vista como vetor de doenças. Posteriormente, sua presença esteve diretamente ligada às inundações e ao carreamento dos esgotos. As justificativas para as canalizações eram as enchentes, o trânsito e a poluição, além de um ideal de modernização. Com a industrialização da cidade os cursos d'água deixaram de ser elementos integradores da paisagem urbana, tornando-se obstáculo ao desenvolvimento dos núcleos urbanos.

Outra questão relevante é a preponderância da circulação como função urbana prioritária e as consequentes transformações dos espaços da cidade para favorecê-la. Nesse sentido, tornou-se comum a transformação dos fundos de vale em avenidas sanitárias, com a canalização do corpo hídrico e seu posterior tamponamento. Assim, a memória do rio foi sendo apagada da cidade de Belo Horizonte e o mesmo associado a problemas urbanos. O bairro São Geraldo convive até hoje com o canal aberto do ribeirão e com nascentes e córregos em leito natural. Tal situação espacial favorece uma outra relação com o corpo hídrico.

São Geraldo é um bairro consolidado, de classe média, tendo uma ocupação bem típica da periferia da cidade de Belo Horizonte, com predomínio de construções de uso residencial,

baixa verticalização e predominância de comércio e serviços locais.⁸ No contexto da urbanização extensiva, “as periferias, desdobramentos da cidade histórica, desempenham talvez um papel mais importante visto que carregam na sua incompletude e improvisação a dinâmica central da expansão urbana e da reinvenção do espaço social contemporâneo” (Monte-Mor, 1997: 468). Os mundos possíveis articulados pelas formas de organização sócio-espacial urbano-rural; formas de resistência gerando importantes atores urbanos; formas de luta centradas na reprodução e na qualidade de vida e do meio ambiente; “enfim, um conjunto de novas possibilidades que desembocam na luta pela extensão da cidadania, necessariamente capitaneada pela periferia historicamente excluída mas hoje fortalecida” (Monte-Mor, 1997: 485), serão buscados nesse local onde, além dos jardins cultivados dentro dos lotes, há uma área comum que é compartilhada e construída pelos moradores. Essa dimensão que vai do doméstico⁹ ao comum¹⁰ e ao público, amplia as possibilidades de análise desses territórios.

O bairro São Geraldo teve sua ocupação estruturada pelo Ribeirão Arrudas e pela linha férrea. A população do bairro é de 13 974 habitantes. Até o início da década de 1980, a maioria das ruas do bairro era em terra. A vertente norte do Ribeirão Arrudas era bem permeável e havia uma conexão fácil e direta com a água. Os trilhos não impediam essa conexão. Muitos relatos mostram que as pessoas pescavam e nadavam nele. Em 1982, as ruas foram asfaltadas. Em 2011, a linha de trem foi modificada. Os trilhos foram deslocados para mais próximo do ribeirão. Tal ação deixou uma área remanescente importante para o estudo dos jardins aqui empreendido, pois justamente nessa área os moradores plantam e cultivam jardins públicos. Por outro lado, a nova linha de trem foi cercada por muros, dificultando o acesso dos moradores ao ribeirão. Outra questão importante na evolução do bairro é que, à medida que as famílias têm seus filhos casados, suas casas são expandidas, na maioria das vezes com a construção de barracões nos fundos e vários jardins são suprimidos. Todavia, os jardins permanecem sendo plantados.

3. MATERIAIS E MÉTODOS – CÓRREGO É CAMINHO

O córrego é assim: caminho. [...] O que vale na vida é caminhar com a água. (Trecho da entrevista de campo com moradora do bairro São Geraldo).

A partir do rio, o caminho metodológico até os jardins foi percorrido entendendo que há outros mundos, onde é insignificante a dicotomia humanos e não-humanos; que r-existem e são historicamente construídos na memória, nas frestas do planejamento hegemônico, diante da colonialidade moderna. Numa busca por esses outros mundos, esses não ditos, outros

⁸ Caracterização feita com base nos dados disponíveis no site www.bhmap.pbh.gov.br. Acesso em agosto de 2020.

⁹ Os espaços domésticos são definidos pela limitação do lote, ou seja, o limite da propriedade privada. Entretanto, muitas vezes, os espaços com jardins foram amplificados pela agência dos envolvidos para a frente das casas e nas calçadas.

¹⁰ A construção do entendimento do comum passa por várias abordagens. Para a pesquisa o comum será entendido como um espaço de práticas e gestão coletiva, com uma abordagem feminista e numa escala ampliada como possibilidade de se opor aos processos modernizadores que se amplificam em tempos neoliberais.

possíveis, caminho com e a partir da água. Foi empreendida uma aproximação progressiva através de um estudo de caso cujos objetos serão os Jardins Possíveis encontrados no território e definidos anteriormente.

Quanto à dimensão do espaço estudado foi feito um estudo comparativo de múltiplos casos¹¹ exemplares de jardins, encontrados próximo ao Ribeirão Arrudas e seus afluentes. A pesquisa Jardins Possíveis, iniciada em 2017, se desenvolve em três pontos da bacia hidrográfica do Ribeirão Arrudas: a montante no bairro do Barreiro, nos bairros Centro e Lagoinha, e a jusante no bairro São Geraldo (Figura 1). Aqui será apresentado e aprofundado o estudo do bairro São Geraldo, escolhido por nele existirem elementos naturais importantes para o ecossistema da cidade.

O Ribeirão Arrudas é o curso d'água mais importante de Belo Horizonte, a partir do qual a ocupação da cidade se estruturou. Mas, esse corpo hídrico não é o único e, em alguma medida, foi até ignorado, pelo Plano do Aarão Reis na década de 1890. A Serra do Curral delimitou a extensão da cidade planejada. Entretanto, dadas às características do sítio natural, muito irrigado e acidentado, e o modelo higienista de urbanização, o sistema viário principal ocupa, quase sempre, os fundos de vale com avenidas sanitárias ou linhas de cumeeada, e divisores de águas. A área de estudo está localizada ao longo desse ribeirão, nos fundos de vale e nas vertentes mais próximas, em pontos com ocupação urbana típica de bairros residenciais de Belo Horizonte.



Figura 1: Mapa de localização dos territórios da pesquisa Jardins Possíveis em Belo Horizonte.

Fonte: Adaptado de BHmaps, 2020.

¹¹ Foram pesquisados 443 jardins que estavam dentro da caracterização proposta e no território da pesquisa.

Inicialmente foram desenvolvidas pesquisas exploratórias do território que contaram com: conversas informais, fotos, entrevistas exploratórias, mapas e a definição de delimitações territoriais. O recorte territorial local foi pré-definido a partir do entendimento da vertente, do fundo de vale e das unidades morfológicas da bacia hidrográfica, escolhidos considerando a importância da meia encosta como definidora de relações espaciais. Esses limites foram atualizados no campo, devido às entrevistas exploratórias (Figura 2).

Num segundo momento, foram desenvolvidas as questões das entrevistas, definidos alguns procedimentos de aproximação das pessoas, como o primeiro “Café com Plantas” e a marcação do território com uma sinalização gráfica materializada em campo, conforme desenvolvida junto aos alunos da disciplina “Comunicação Visual o Edifício e a Cidade” (Figura 3) da Escola de Arquitetura e Design da UFMG. Foram realizados dois encontros com jardineiros¹² no Bairro São Geraldo para aprofundar o trabalho e se chamaram Café com Plantas¹³.



Figura 2: Mapa de localização limite do território, Bairro São Geraldo, Belo Horizonte.

Fonte: Jardins Possíveis. Adaptado de BHmaps, MYmaps e pesquisa de campo, 2020.

¹² Foram denominados jardineiros para a pesquisa aquelas pessoas que cultivam jardins anteriormente delimitados em suas casas, em espaços comuns, em espaços públicos, em seu local de trabalho e que se envolvem diretamente no processo.

¹³ O Café com Plantas foi um encontro realizado duas vezes no bairro com o objetivo de conhecer os moradores que se interessavam por jardins. Foram encontros onde os moradores e os pesquisadores levaram comida e café para serem compartilhados enquanto conversavam sobre o lugar, os jardins e a pesquisa. Através do Café foi possível criar uma relação de confiança com os moradores e ter acesso à várias casas e terrenos particulares.



Figura 3: Sinalização no Bairro São Geraldo, Belo Horizonte.

Fonte: Arquivo Jardins Possíveis, 2018.

No terceiro momento, foram aplicadas as entrevistas de caráter etnográfico junto aos moradores, apoiadas tanto na observação participante bem como num levantamento fotográfico minucioso de cada um dos espaços estudados. As entrevistas de caráter etnográfico “são aquelas inseridas num trabalho de campo em que a observação participante e entrevistas se apoiam mutuamente” (Kapp, 2020:15). Indicam “que o objeto, campo ou recorte da pesquisa é um contexto socioespacial concreto, ao qual os entrevistados pertencem e do qual o pesquisador já tem algum conhecimento” (Kapp, 2020: 15). As entrevistas utilizadas foram oportunidades de interação que não existiriam por outros meios, com as pessoas e seus mundos. Foi feito o segundo Café com Plantas com o objetivo de aprofundar os dados das entrevistas, além de criar grupos e descobrir afinidades (Figura 4).

A última etapa contou com a análise dos dados e a apresentação dos resultados, com objetivo de entender os jardins e qual a contribuição deles para discutir os mundos possíveis, como os da bacia hidrográfica. Neste capítulo, foram apresentados os resultados e discussões que contribuem para se entender como a água, os rios e as bacias hidrográficas ainda são percebidos e permanecem na cidade em mundos ainda pouco visíveis, e como os jardins contribuem para essas memórias e esse relacionamento multiespecífico.



Figura 4: Roda de conversa, segundo Café com Plantas, Bairro São Geraldo, Belo Horizonte.

Fonte: Arquivo Jardins Possíveis, 2018.

379

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO - ENTRE O RIBEIRÃO E OS JARDINS

A grande maioria do uso e ocupação dos espaços estudados com jardins é de casas (Figuras 5 e 6). Entretanto, a partir da análise da área permeável por tipologia de uso e ocupação, pode-se concluir que as áreas residuais localizadas ao longo da Rua Souza Aguiar e no encontro da Rua Silva Alvarenga com a Rua Souza Aguiar, a área no fundo da Grota, os sete lotes vagos com jardins cultivados e a quadra da igreja, representam uma área expressiva no que diz respeito à presença de jardins e áreas vegetadas e à permeabilidade do solo.

Numa comparação das áreas com jardim e sem jardim levando em consideração lotes e áreas remanescentes, os jardins encontrados representam 30,02% da área permeável¹⁴. Se incluído o arruamento considerando a área total do território estudado a área permeável passa a representar 21,97%. A presença dos jardins, mesmo que não estejam em todos os lotes, consegue ainda garantir uma permeabilidade acima e próxima da taxa de permeabilidade mínima (20% para maioria do território) exigida por lei.

¹⁴ A legislação de Uso e Ocupação do Solo considera os lotes e áreas a serem edificadas para o cálculo de taxa de permeabilidade, assim como nesse cálculo apresentado.

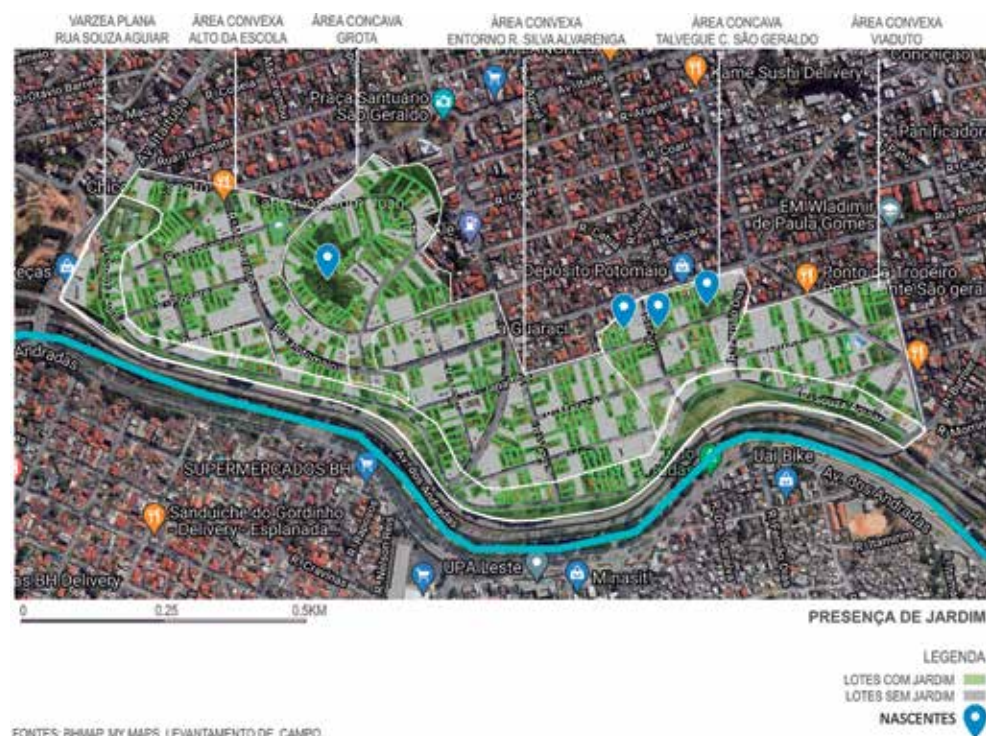


Figura 5: Mapa de áreas com e sem jardins, Bairro São Geraldo, Belo Horizonte.
 Fonte: Jardins Possíveis. Adaptado de BHmaps, MYmaps e pesquisa de campo, 2020.



Figura 6: Jardim frontal em casa, Bairro São Geraldo, Belo Horizonte.
 Fonte: Arquivo Jardins Possíveis, 2019.

O território da Várzea plana e o entorno imediato da Rua Souza Aguiar se apresenta ainda bastante permeável. Essa permeabilidade é garantida, principalmente pela área remanescente transformada em jardim comum e pelos inúmeros jardins que se desenvolvem nas casas ao longo da Rua Souza Aguiar. Das 143 áreas estudadas, 53,84% possuem jardins que representam uma permeabilidade de 34,44%, bem acima da exigida por lei que é de 20%. A área remanescente representa sozinha 26% de toda área permeável. Por ocasião da relocação da linha de trem que separa o bairro do ribeirão, foi elaborado o projeto de um parque para essa área remanescente que propõe a pavimentação de grande parte da área hoje ocupada pelos jardins comuns. Entretanto, o projeto não foi implantado. Em 2018, um projeto da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), em parceria com a Secretaria Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte (SMPU), propôs o Corredor Agroecológico do Arrudas, com propostas de incentivar a agricultura urbana no local. Segundo os moradores, não houve sequência no mesmo.

A implantação da via 710, conforme contemplada no Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte VIURBS, é outro projeto que irá impactar significativamente a vertente e principalmente a várzea. É um projeto que, no bairro São Geraldo, propõe o alargamento da Avenida Itaituba com o aumento significativo do trânsito de veículos. Segue-se o pressuposto modernizante da avenida localizada no fundo de vale sobre o córrego canalizado. A via arterial já ocupava esse papel, mas a avenida irá ampliar bastante o impacto da circulação neste local e seus desdobramentos tanto na drenagem quanto nos modos de vida do bairro. A superfície côncava da Grota também se apresenta bastante permeável. Das 144 áreas estudadas 52% delas possuem jardim. A porcentagem de áreas permeáveis é de 36,78%. Há uma nascente e uma área com vegetação nativa preservada significativa junto à plantação de bananas (Figura 7). Todavia, na Grota a ocupação informal que acontece no Beco tem avançado sobre a área da nascente. Esse avanço é motivo de negociação entre a família que cultiva bananas, proprietária inicial de todo o terreno, e os moradores do Beco e na qual, o Cigano, um morador de referência que cultiva um jardim de ervas rituais afro-brasileiras no limite das árvores nativas, tem papel relevante. A prefeitura reconhece legalmente esta área como “vila ou favela”. O restante do território da Grota é inserido na legislação como Área de Diretriz Especial (ADE)¹⁵ de Interesse Ambiental, onde a taxa de permeabilidade é de 30%. A ADE se estende até a Praça do Santuário São Geraldo, incluindo o topo de morro onde está implantada a igreja. A superfície côncava da Rua Coarí não está incluída nessa ADE, mesmo concentrando o escoamento de toda a água pluvial e da nascente.

¹⁵ A lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte define as Áreas de Diretrizes Especiais – ADEs – como sendo aquelas com regras específicas (parâmetros de construção e funcionamento de atividades diferenciadas) para algumas regiões da cidade com algum interesse extraordinário.



Figura 7: Nascente da Grota com jardim banana, Bairro São Geraldo, Belo Horizonte.

Fonte: Arquivo Jardins Possíveis, 2019.

A superfície côncava localizada no talvegue do Córrego São Geraldo, que está totalmente canalizado, tem uma taxa de permeabilidade bem menor. Os jardins estão presentes apenas nos lotes. Em três deles há afloramento de água de nascente (Figura 8). Esse é um ponto importante para o entendimento da água nesse território. Desses lotes, 49% possuem jardim. A área permeável desses jardins é de 18,63% do território estudado, ficando próximo do mínimo de 20% exigido pela lei, mesmo que um pouco mais da metade dos lotes não possua jardim. As propostas da Lei de Uso e Ocupação para as áreas não se diferem do restante do território, não há projetos específicos para o local, mesmo que ele esteja localizado na área côncava do talvegue de um córrego canalizado, uma área ambientalmente menos indicada para ocupação. A presença do corpo hídrico nesse caso não é objeto de nenhuma proposta de plano ou projeto urbano diferenciado. O curso d'água é completamente desconsiderado e se encontra invisível.

Nas superfícies convexas, a permeabilidade é a menor encontrada. Das áreas estudadas, 48,31% possuem jardim. A permeabilidade garantida por esses jardins é bem abaixo da taxa de permeabilidade exigida por lei e é de 15,64% do território estudado. Na área do alto da escola, essa taxa é um pouco maior: 16,85%. No entorno da Rua Silva Alvarenga e do viaduto, essa taxa é ainda menor, 14,98%.



Figura 8: Jardim com afloramento de água da nascente e fosso, Bairro São Geraldo, Belo Horizonte.

Fonte: Arquivo Jardins Possíveis, 2019.

A percepção da água e o reconhecimento desse agente estão presentes em 69,23% das 65 entrevistas de caráter etnográfico realizadas. Essa percepção varia de acordo com o território. A Grotta, o Talvegue do córrego São Geraldo e depois a várzea plana e a Rua Souza Aguiar são os territórios onde a percepção da água, do rio, da bacia e dos ciclos naturais a eles ligados é mais constante, bem como sua relação mais direta com os jardins estudados. Nas superfícies convexas essa percepção é bem menor.

Os ciclos hidrológicos foram citados em 75% das dezesseis entrevistas da Várzea plana e da Rua Souza Aguiar. Eles são considerados apenas negativamente para um entrevistado, apenas positivamente para quatro dos entrevistados, enquanto sete deles ressaltaram aspectos positivos e negativos do rio e das águas no território¹⁶. É uma agência percebida fortemente.

Os ciclos hidrológicos foram citados por 91,66% dos doze entrevistados na Grotta, considerados por sete entrevistados apenas positivamente e por quatro positiva e negativamente. Não houve menção da água exclusivamente negativa. Na superfície côncava do talvegue do córrego São Geraldo tamponado, essas percepções aconteceram na totalidade das entre-

¹⁶ No questionário aplicado na pesquisa quando um morador citava o ciclo hidrológico, ele era perguntado se o considerava negativo, positivo, ou positivo e negativo. Essa pergunta era feita somente se o morador citasse, nas perguntas anteriores, algum aspecto da água e de seus ciclos.

vistas (100%), contudo, elas foram mais negativas. Três entrevistados ressaltaram apenas os aspectos negativos dessa relação, dois os positivos e o restante positivos e negativos. Já nas superfícies convexas, quando perguntados sobre a água e o rio, as respostas como “não sei dizer”, “não conheço o rio”, “não me lembro muito”, “chove, mas não sei falar não” foram bastante frequentes. Apenas em 40% das entrevistas essas perguntas foram respondidas. A agência da água é menos intensa nos territórios convexos e por isso mesmo menos percebida.

Os aspectos positivos estão bastante relacionados às memórias, ao manejo cultural da água e do rio, a existência de uma nascente com água no meio da cidade e a contribuição da água para o crescimento das plantas, como podemos perceber nas seguintes falas: “O Ribeirão Arrudas era quase limpo”; “Cheguei a ver peixes quando passava na ponte de madeira”; “A chuva faz a rega melhor que tem! Água sem cloro”; “Você já viu a água que brota aqui dentro [da Grotá]?”. A interação dos jardins com o ciclo da água também é percebida principalmente nas superfícies côncavas e no fundo de vale. “A terra chupa a água e não dá enchente.” “As plantas agradecem”.

Os aspectos negativos estão relacionados às enchentes e a poluição dos rios. A canalização do rio é vista como um fator positivo pela maioria dos entrevistados, pois “diminui a enchente” e “acaba com o mau cheiro”. Mas, também é citado como uma forma de “jogar o problema para longe” e ser bom “apenas para o asfalto”. As mudanças promovidas pela urbanização são citadas com desconfiança: “o Arrudas não era nesse local que ele é hoje. Ele foi mudado para colocar a Avenida dos Andradas. Surgiu uma grande avenida e muito asfalto”. E a devastação da vegetação à beira dos córregos é motivo de pesar: “dei adeus às árvores da minha infância”. A urbanização e o tamponamento dos rios são também questionados: “será que isso [asfalto] é bom para a gente?”

A contradição da percepção e do manejo da água e da sua interferência no terreno e no clima é presente. As chuvas e o rio são vistos como “uma benção para as plantas, para os bichos” e como “um vilão nas cidades”, pois “as chuvas desbarrancam tudo”, “quando o rio enche vira uma catástrofe. Leva tudo”. Também é perceptível que a experiência dos ritmos e ciclos naturais e suas mudanças constituem um elemento relevante para a organização dos jardins e da vida. Expressões como “tudo mudou hoje em dia”, “antigamente não era assim”, “tem chovido menos, fica mais difícil do jardim ficar bonito, pois a água está cara” são citadas nas entrevistas e revelam as várias perdas de ordem material e simbólica, provocadas principalmente pela urbanização que provocou um desmantelamento das relações que contribuíam para a existência tanto dos jardins e principalmente de um modo de vida.

As unidades de relevo (Carvalho, 2001) ajudam a explicar os escoamentos superficiais e seus efeitos sobre o território. A percepção desse processo nas entrevistas confirma que onde o rio e as águas são presentes fisicamente e sua agência é clara, sendo essa mais positiva, principalmente, se tratando das nascentes e que há relevância dos jardins como memória

da água e da preservação e uso dessas nascentes incorporadas aos territórios de plantio e cuidado. Nas áreas onde o corpo hídrico está tamponado e sua presença é ignorada na legislação e, nos projetos, prevalecem os aspectos negativos da urbanização, como as enchentes e desabamentos, o que é claro no talvegue do Córrego São Geraldo. Como era de se esperar, as várzeas apresentam maiores riscos de inundação, mas a presença da grande área permeável dos jardins comuns da Rua Souza Aguiar contribui positivamente nesse processo, diminuindo os impactos da urbanização. Isso não acontece no talvegue do córrego São Geraldo completamente canalizado. Neste território, são percebidas cotidianamente a força da água que corre sobre o asfalto impermeável no antigo leito do rio e as inundações. Por isso, as águas causam transtornos onde o rio foi apagado do território e sobrevive apenas nas nascentes dos lotes particulares e na memória. A urbanização age contra o ciclo da água e os jardins servem para abrigar nascentes ou têm menor influência nessa situação. As superfícies convexas de topo são mais seguras e indicadas à ocupação urbana (Carvalho, 2001), nelas os jardins são elementos importantes nas características da ocupação, mas têm menor influência na permeabilidade do solo e a percepção dos ciclos hidrológicos é menos presente.

O rio é visto como “o vilão da enchente”, mas também como “caminho”, “força da vida” e a água como “problema sério” e como “necessidade e benção”. Alguns entrevistados conseguem estabelecer a relação da enchente com o asfalto, o tipo de urbanização e a modernização que não leva em conta as pessoas como nos aponta Fátima: “o que dá voto é asfalto” e “isso é progresso?”. Mas, muitas consideram a canalização dos cursos de água como positiva. Seja por meio da tradição ou por menor inserção das técnicas modernas de plantio, predominam na grande maioria dos jardins as técnicas ecológicas de manejo. O manejo cultural da água e do rio é encontrado como prática no represamento da água da chuva, favorecendo a infiltração nos jardins públicos, na construção de cisternas para armazenar água, na prevenção de deslizamento de encostas com plantas de raízes em rede que seguram o solo, na utilização das nascentes para rega. As relações multiespecíficas que se desenvolvem na vertente colocam em relevo alguns aspectos de práticas que têm implicações realmente ecológicas. A água, animais e plantas são vistos como parceiros e principalmente como amigos.

Como locais de memória (Assmann, 2011), de alguma forma, os jardins detêm o progresso. Progresso esse entendido como processo de modernização espacial da cidade. Os locais de geração foram por muito tempo entendidos como lugar do homem arcaico, ligado aos locais e a terra, em contraponto ao homem moderno móvel. A modernidade e nela a colonialidade se desvinculam de culturas que estão ligadas aos locais, e que cultivam contato com as tradições ou são ontologicamente ligadas à culturas da terra apagadas pela modernidade. Na direção oposta, a modernização está liberta de forças ligadas a locais fixos. A força dos locais carregados de recordação é substituída por um espaço neutro. Nessa situação, é relevante destacar o interesse pelas temáticas cotidianas.

Ao associar memória, humanos e não-humanos, incorporam-se as temáticas cotidianas e aproxima-se, como entendimento neste estudo, às distintas paisagens de memória construí-

das por mulheres e homens, plantas, animais, água, terra, suas emoções e imaginários e sua constituição orgânica e inorgânica. Assmann (2011) baseia a argumentação sobre os locais das gerações a partir do embate entre: a força do vínculo familiar em relação ao local e a condição móvel do indivíduo moderno que, associada à necessidade inerente da modernidade de progredir, impossibilita uma conexão afetiva e profunda dos indivíduos em relação a um local. A memória geracional, portanto, configura-se uma produção do espaço em uma lógica não hegemônica. Mesmo em tempos de urbanização planetária podemos descobrir os jardins como locais de memória.

O uso de palavras que tinham relação com a água para definir os jardins também apareceu em seis espaços nas superfícies côncavas. Foram usadas pelos entrevistados as expressões jardim da nascente, brejo, casa d'água, nascente e água. A memória da água e sua percepção como elemento presente e ativo no território representa também um elemento estruturador que fica evidente nessas nomeações dos territórios. Como analisado anteriormente o papel da urbanização que cobre com asfalto esse agente e invisibiliza sua presença é claramente perceptível nos territórios convexos e também onde o rio é completamente canalizado. Assim, a água é um agente mais percebido no fundo de vale e nas superfícies côncavas principalmente nas nascentes onde denomina os espaços.

A composição da vegetação, da água, da nascente, dos animais e da memória traz à lembrança da mata atlântica e do cerrado de altitude que um dia ocuparam esse local. Fazem tornar consciente na memória, no imaginário e no vocabulário a mata, a floresta que a cidade e a urbanização subtraíram. Se a urbanização foi, historicamente, o oposto da barbárie, a cidade é, nesse sentido, antípoda da mata e da floresta selvagem. Mas ela está latente em locais como esses e principalmente sobrevive sob o asfalto. Ao relembrar que a floresta é um grande jardim historicamente construído pelos povos originários (Krenak, 2019), por interações multiespecíficas que nelas aconteceram e acontecem com mútua afetação, atribuir à mata, ao mato e à floresta ao que a pesquisa chama jardim, pode dizer-se que humanos são esses presentes nessa relação.

5. CONCLUSÕES - JARDIM E RIOS: ALIADOS NAS DISPUTAS COSMOPOLÍTICAS

A cidade é um espaço de disputas pelo futuro e pelas narrativas. A arquitetura e o urbanismo, embora não tenham a capacidade de definição efetiva dos espaços, que é dada pelo poder econômico, envolvem uma relação de poder e política, na medida em que ao se projetar são escolhidos quais os elementos devem estar representados, deslocam-se e criam-se signos, permite-se omitir detalhes, criam-se convenções próprias, reorganizam-se espaços.

Os jardins entendidos como territórios multiespecíficos r-existentis, territorializam as memórias da água. O incentivo nas políticas públicas aos jardins particulares e principalmente aos jardins comuns, pode contribuir efetivamente para a permanência do convívio com os corpos hídricos nas cidades, uma memória relevante desses mundos que merece ser pre-

servada. Cotidianamente, as pessoas produzem seu espaço mobilizando saberes importantes construindo mundos cosmopolíticos. Assim também o fazem os não-humanos, seguindo leis e direcionamentos próprios. Ambos se relacionam nessa construção, como nos jardins. Essas potentes interações se transformam em espaço, a despeito de estarem presentes nas narrativas oficiais ou de serem propósitos de projeto ou plano urbano. Portanto, é possível cartografar e reconhecer essas narrativas por mais invisibilizadas que estejam, e identificar os “aliados”, como denomina Fátima, “na busca de uma cidade de todos”, fortalecendo rios e jardins nas disputas cosmopolíticas como aliados.

Nota - A pesquisa **Jardins Possíveis** foi financiada pela Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): projeto 23853 - UFMG/REITORIA/PRPQ/PESQUISA E EXTENSÃO, subprojeto 407, coordenação: Luciana Souza Bragança. O objetivo da pesquisa Jardins Possíveis é entender, a partir dos jardins, quais são esses mundos onde humanos e não-humanos convivem e como isso se dá na cidade. Nesse sentido, busca-se entender e explorar a possibilidade de extensão da subjetividade e das formas de alteridade a outros seres, que não os humanos, nos projetos e planos urbanos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assmann, A. (2011). Espaços da recordação: forma e transformações da memória cultural. São Paulo: Editora da UNICAMP.
- Berardi, F. (2019). Futurabilidad: la era de la impotência y el horizonte de posibilidad. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editora Caja Negra.
- Bragança, L. S. (2021). Jardins possíveis. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38712>. Acessado em 28/01/2022.
- Carvalho, E. T. (2001). Geologia Urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte. (2a ed.). Belo Horizonte: Belo Horizonte.
- Costa, H. S. M. (2008). Meio Ambiente e Desenvolvimento: um convite à leitura. In Hissa, C (Ed), Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar (pp. 79-107). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Dourado, G. M. (2011). Belle Epoque dos Jardins. São Paulo: SENAC.
- Federici, S. (2017). Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante.
- Kapp, S. (2020). Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais ANPUR, 1 (22): 1-32.
- Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Latour, B. (1994). Jamais Fomos Modernos. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Latour, B. (2020). Diante de Gaia: oito conceitos sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubú.
- Macedo, S. S. (1999). Quadro do Paisagismo no Brasil. São Paulo: Quapá, USP.
- Magalhães, C. (2014). A arte de modelar a paisagem: os ornatos de arquitetura para jardins no ecletismo

do paisagismo brasileiro. Revista Espaço Acadêmico - Edição especial 13 anos: Dossiê Jardins históricos, 13(156). Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/23774>. Acessado em 28/01/2022.

Mignolo, W. (2004). Histórias locais, projetos globais. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Mongin, O. Les jardins front la ville. Rio de Janeiro: Fundação Total.

Monte-mor, R. L. (1997). Belo Horizonte, capital de Minas do século XXI. Vária História, 18 (24). Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5727a2c7cf80a157cb742714/1462215368182/24_Monte-mor%2C+Roberto+Luis+M.pdf. Acessado em 28/01/2022.

Oyěwùmí, O. (2018). Jornada pela academia. Filosofia Africana. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acessado em 28/01/2022.

Sodré, M. (1999). Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes.

Souza, M. L. (2013). Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand.

Stengers, I. (2018). A proposição cosmopolítica. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 1 (69): 442-464.

Tsing, A. (2019). Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas.

3.5 Gardens and water in the city: cosmopolitical worlds

Luciana Souza Bragança [0000-0001-5707-624X], Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, Brasil. lubraganca@gmail.com

Gardens are microcosms of the infinite, a cosmology. The starting point for this study is the historic understanding of gardens as the place for dwellers to socialise, where water has always played a central role. For the research undertaken, the concept of Possible Gardens was established as a space where people engage personally and build a relationship with non-humans.

In this approach, in addition to ecological relations, the interpretation of knowledge, memory and cultural significance, management and traditional uses of flora elements, as well as of the coexistence with animals and water, are ways of understanding the relationships between different beings and between them and their place, shaping what is meant by “Possible Garden”. Possible Gardens are multispecies territories present in cities with the potential to recreate it by being or becoming real. The relationship with the body of water has always been essential for the garden since its rise. In a classical conception, the garden is considered to be the representation of a world of cosmology. For the argument developed here, this understanding of gardens as microcosms is paramount. So, what cosmo-perceptions remain in the territory? By revealing elements that might have been made invisible by urban planning, what is the power of these spaces in the production of contemporary cities?

438

A case study has elaborated the objects of what will be the Possible Gardens found in the territory near Ribeirão Arrudas (the Arrudas Creek), in the São Geraldo neighbourhood of the city of Belo Horizonte. The city’s relationship with the water courses has always been conflicted. The memory of the river was gradually erased, only to be associated with urban problems. The neighbourhood lives to this day with the open canal of the river and with springs and streams in their natural beds. Such a spatial situation favours another relationship with the bodies of water. From the river, the methodological path to the gardens was trodden with the understanding that there are other worlds that exist/resist and are built in the memory, in the cracks of hegemonic planning.

To begin with, an exploratory inquiry into the territory was developed involving: informal conversations, photos, exploratory interviews, maps and territorial boundaries. In a second moment, the interviews were carried out, and approximation procedures were defined. In the third moment, ethnographic interviews were applied, supported by participant observation and a photographic survey. The last stage included data analysis and presentation of the results, with a view to understanding the gardens and their contribution to the discussion of the possible worlds, such as those of the watershed. The results and discussions help to understand how water is still perceived in the city in still barely visible worlds, and how gardens contribute to these memories. The vast majority of the use and occupation of the spaces studied with gardens are houses. However, vacant plots with gardens and cultivated as

common ground represent an expressive area with regard to soil permeability. The mapped gardens represent 30.02% of the permeable area, above the minimum permeability rate (20% for most of the area) required by law.

The area around the flat floodplain and the immediate surroundings of Souza Aguiar Street is still quite permeable: 34.44%. Grotá's concave surface also has 36.78% permeable area. There is a spring and an area with preserved native vegetation; however, informal occupation has advanced on it. The concave surface of the talweg of the São Geraldo Stream, which is fully channelled, has a much lower permeability rate: 18.63%. The gardens are present in the lots. In three of them there is upwelling of spring water. The watercourse is completely disregarded in the proposals of the Use and Occupation Law, and is made invisible. On convex surfaces, permeability is the lowest found: 15.64% of the studied territory.

The perception of water and the recognition of this agent are present in 69.23% of the 65 interviews. This perception varies depending on the territory. Grotá, the talweg of the São Geraldo stream, and then the flat floodplain are the territories where the perception of water is more constant, as well as its relationship with the studied gardens. On the convex surfaces this perception is considerably lower. The positive aspects of the presence of water are related to memories, to the cultural management of water, the existence of a spring, and the contribution of water to plant growth. These aspects are more constant when water is visible. The negative aspects are related to flooding and river pollution. The changes brought on by urbanisation are mentioned with suspicion. In those areas where the body of water is buffered, the negative aspects prevail. Urbanisation works against the water cycle, and the gardens are used to house springs and preserve permeability. The experience of natural rhythms and cycles and their changes are relevant elements for the organisation of gardens and life itself.

439

In the cultural management of water, ecological techniques are applied, such as the damming and storing of rainwater, facilitating infiltration, the construction of cisterns, the prevention of sliding slopes with plants roots, and the use of spring water for irrigation. The multi-specific relationships that arise at the riverheads highlight some aspects of practices that have truly ecological implications. Water, animals and plants are seen as partners and friends. Even in times of global urbanisation we can discover the gardens as places of memory. The interactions of vegetation, water, source and animals bring to mind the Atlantic rainforest and the *cerrado* (woodland savannah). They create in the imaginary and in the vocabulary an awareness of the woods, the forest, which were erased by the city and urbanisation. The city is a space of fights for the future and for narratives. Gardens, understood as existing/resisting multi-specific territories, territorialise the memories of water. The incentive given to private gardens, and especially to common gardens, in public policies can actually contribute to strengthening the interactions with water bodies in cities, a relevant memory of these worlds that deserves preservation.

Keywords - Memory, water cycle, gardens, cosmopolitics